



Ata n.º 3/2022

No dia catorze de junho de dois mil e vinte e dois, realizou-se na sala multiusos da secretaria de Pousos, a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, presidida por Nuno Alexandre Gonçalves Martinho. -----

----- O Presidente da Assembleia cumprimentou os membros do Executivo, os Membros da Assembleia, o público presente na sala e o que assistia via *Facebook*. Cumprimentou ainda e agradeceu a presença das Colaboradoras da Junta, que apoiam a realização e transmissão da sessão. -----

----- Informou que recebeu o pedido de substituição de três Membros da Assembleia:

----- Arminda Filipe (PS) pediu a sua substituição por Manuel Ferreira (PS), que já esteve noutra sessão e por isso já fez o seu compromisso de honra. Miguel Bilhota Xavier (PS) pediu a sua substituição por Manuel dos Santos Ribeiro (PS). O Presidente da Assembleia chamou o novo Membro para fazer o seu compromisso de honra e deu-lhe as boas-vindas. Manuel dos Santos Ribeiro (PS) leu e assinou o seu compromisso de honra que fica apenso a esta Ata. Inês Lopes (PS) pediu a sua substituição por Paula Cristina Gonçalves Mendes Costa (PS). O Presidente da Assembleia chamou-a para fazer o seu compromisso de honra e deu-lhe as boas-vindas. Paula Cristina Gonçalves Mendes Costa (PS) leu e assinou o seu compromisso de honra, que fica apenso a esta Ata. -----

----- Pelas vinte e uma horas e trinta minutos, havendo quórum, o Presidente da Assembleia deu início à sessão. -----

----- O Presidente da Assembleia informou que recebeu algumas manifestações de desagrado, por parte de elementos da assembleia de diferentes bancadas, sobre o tempo excessivo do período de antes da ordem do dia, em assembleias anteriores. Neste contexto, tomando como referência a distribuição de tempos usados noutras Assembleias e privilegiando os partidos representados com menor número de elementos, decidiu distribuir os sessenta minutos regimentalmente previstos como tempo máximo para este período do seguinte modo (conforme informação previamente enviada a todos os elementos da Assembleia): -----

----- **Critérios:** limite de 60 minutos; 6 min/grupo partidário + 30 segundos/membro; 15 minutos de tempo de intervenção/resposta do Presidente do Executivo; 5 min 30 s – votações, pesares, passagens de palavra, conforme resumido na seguinte tabela: -----



União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
Assembleia de Freguesia

Grupo Partidário	PS	PSD	CH	BE	IL	TOTAL		
N.º Elem.	12	4	1	1	1	19	Presid. Exec.	Total Final
Tempo	12 min	8 min	6 min 30 s	6 min 30 s	6 min 30 s	39 min 30 s	15 min	54 min 30 s

----- No que concerne ao período de audição do público, o Regimento da Assembleia define no artigo n.º 41.º, n.º 4 que cada interveniente tem um tempo não superior a cinco minutos, e será esse critério a seguir. -----

----- Depois deste esclarecimento o Presidente da Assembleia deu início ao período de audição do público. -----

----- No uso da palavra, Vítor Tojeira, leu um texto, anexado à presente ata, sobre o tema “Ecopontos e o civismo. Lixo no chão não”, no qual expressa o seu descontentamento acerca da falta de sensibilidade sobre este assunto, quer de cidadãos quer da Autarquia. -----

----- Em resposta ao solicitado pelo interveniente, o Presidente da Assembleia comprometeu-se em fazer chegar o documento ao Presidente da Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal, e deu a palavra ao Presidente do Executivo. -----

----- O Presidente do Executivo cumprimentou os Membros do Executivo e da Assembleia, deu as boas-vindas aos dois Membros que tomaram posse e cumprimentou o público presente. -----

----- O Presidente do Executivo reconheceu o problema apresentado por Vítor Tojeira, e informou que tem insistido com a Câmara Municipal de Leiria para reforçarem as ações de sensibilização e de fiscalização. Informou também que a União de Freguesias se candidatou ao programa Eco Freguesias, ao abrigo do qual preveem realizar ações de informação e sensibilização sobre a escolha seletiva dos lixos. -----

----- Ana Bernardes (BE) apelou à sensibilização junto da Câmara Municipal e da Valorlis para a necessidade de colocarem junto das ilhas ecológicas oleões e pilhões, como já existem em vários concelhos. Considera que o facto de não existirem estes recipientes na cidade nos dias de hoje é uma falha grave. -----

----- O Presidente do Executivo informou que existem oleões em todas as freguesias, na cidade de Leiria, existe um ao pé do “Intermarché”, outro na Cruz da Areia e outro na Guimarães. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) sugeriu que sejam implementadas ilhas ecológicas nas zonas urbanas da freguesia em substituição dos contentores existentes. -----

----- Sem outras intervenções, passou-se ao período antes da ordem do dia. -----



----- Manuel Pereira (PS) cumprimentou os presentes e elogiou o trabalho desenvolvido pelo Executivo na construção dos passadiços na Calçada dos Alhos, na Barreira, num acesso que tem mais de 100 anos e era utilizado pelas pessoas da periferia que iam a pé para o centro da freguesia. Pediu a reparação dos acessos à nascente dos passadiços e a execução de passeios na parte poente, na Rua do Visconde da Barreira, para que os caminhantes possam fazer todo o circuito em segurança. Pediu também a colocação de iluminação para quem circula à noite e sugeriu que a receita proveniente das antenas eólicas seja aplicada neste circuito, na aquisição de painéis de iluminação fotovoltaicos.-----

----- Carla Rente (PSD) cumprimentou os presentes e congratulou-se por o Executivo ter aproveitado uma medida do programa eleitoral do PSD, ao candidatar-se ao programa Eco Freguesias. Lamentou que o Executivo não tivesse prestado esta informação na última Assembleia de Freguesia e entregou ao Presidente do Executivo a lista com algumas medidas fundamentais que podem e devem ser implementadas, proposta pelos Membros da Bancada do PSD ao programa Eco Freguesias XXI. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) cumprimentou os Membros da Assembleia, os Membros do Executivo e o público presente. começando a sua intervenção por explicar que uma ARU- Área de Reabilitação Urbana é a uma área territorialmente delimitada, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios que justifica uma intervenção. Informou que é da responsabilidade Municipal a aprovação de uma ARU que confere aos proprietários dos edifícios o acesso a benefícios fiscais e financeiros. Informou também que Leiria tem cinco Áreas de Reabilitação Urbana:-----

- Centro Histórico de Leiria, criada em 2012; -----
- Nossa Senhora da Encarnação, criada em 2015; -----
- Arrabalde, criada em 2015; -----
- Cortes, criada em 2021; -----
- Barreira, criada em 2021. -----

----- Relatou que o centro dos Pousos também está abandonado e muito degradado, enumerando algumas situações concretas: o antigo café do “Ti Henrique”, a antiga padaria, o jardim que foi reabilitado, mas ainda assim está aquém do desejado e a antiga residência do Pároco. Terminou a sua intervenção perguntando ao Executivo se fizeram alguma proposta à Camara para criar uma ARU dos Pousos? E qual a justificação? -----

----- Ana Bernardes (BE) cumprimentou os presentes e felicitou o Executivo pela adesão da Junta ao programa Eco - Freguesia XXI, que classificou como sendo uma excelente iniciativa. Denunciou a existência de um edifício muito degradado e em risco



de derrocada no Centro Histórico de Leiria, na Travessa da Beneficência, junto ao Colégio Nossa Senhora de Fátima. Esta situação preocupa os moradores e coloca em risco as crianças e jovens que ali passam das escolas, bem como os jovens que se deslocam para a Rua Direita e outros locais de diversão noturna. Perguntou ainda ao Presidente do Executivo se tem conhecimento se este imóvel já foi alvo de vistoria pelos serviços municipais e, se sim, quais as medidas tomadas. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder às intervenções que lhe foram diretamente dirigidas. -----

----- O Presidente do Executivo disse a Ana Bernardes que conhece a situação deste edifício na Travessa da Beneficência e confirmou que o imóvel foi alvo de uma avaliação técnica em 2011 pelos serviços camarários. Informou que já deu entrada na Câmara o projeto com o pedido de reabilitação deste edifício, pelo que deverá ser reabilitado em breve. - -----

----- O Presidente do Executivo informou Nuno Fernandes que a Câmara prevê a criação de ARU em todas as sedes de Freguesia, que a dos Pousos também está prevista, mas em primeiro estão as Freguesias de Maceira e de Monte Real. Confirmou que os proprietários têm alguns incentivos, nomeadamente a redução do IVA de 23% para 6%, a isenção do pagamento das licenças, e a redução do IMI. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) agradeceu a explicação e reforçou a questão sobre se a Junta de Freguesia fez alguma proposta à Câmara para a ARU dos Pousos. -----

----- O Presidente do Executivo respondeu que não, que a criação de uma ARU normalmente parta da iniciativa da Câmara e a Junta dá a colaboração necessária, nomeadamente no contacto com os proprietários. -----

----- Em resposta a Carla Rente, o Presidente do Executivo confirmou a inscrição ao programa Eco – Freguesia XX1 e informou que houve algum atraso porque a Colaboradora da junta de Freguesia que tinha em mãos o projeto saiu em regime de mobilidade, havendo outra Colaboradora em sua substituição. Informou também que já foram lançados três inquéritos, um dirigido ao Executivo, outro aos Funcionários e outro à População em geral. -----

----- O Presidente do Executivo concordou com Manuel Pereira, o caminho que é precisamente uma ladeira, apenas de acesso pedonal, a Ladeira dos Alhos, foi em tempos o único acesso das pessoas da Cumeira à Barreira. Disse que pretendem realizar o prolongamento do caminho, mas não está previsto no orçamento deste ano, bem como a colocação de iluminação. -----



----- Manuel Pereira (PS) pediu de novo a palavra para questionar sobre a execução dos passeios na Rua do Visconde da Barreira. -----

----- O Presidente do Executivo informou que a execução dos passeios na Rua Visconde da Barreira está prevista no pacote de obras a realizar este ano. -----

----- Sobre os oleões, o Presidente do Executivo informou que em Leiria existe um na Guimarães e outro junto ao restaurante “A Grelha”. -----

----- Pedindo de novo a palavra para falar sobre a Eco – Freguesia, Ana Bernardes (BE) perguntou que quais os questionários dirigidos aos Funcionários e às famílias, porque não teve conhecimento deles. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que a divulgação destes inquéritos foi feita no *Facebook* da Junta de Freguesia. -----

----- Ana Bernardes (BE) lamentou que os Membros da Assembleia não tivessem sido informados, porque seriam um meio de divulgação. Sobre a divulgação só no *Facebook*, achou insuficiente porque tal como ela, existem muitas pessoas que não têm Facebook. -

----- Nuno Fernandes (PSD) concordou que foi um erro não terem aproveitado os dezanove membros da Assembleia de Freguesia para fazerem a divulgação destes inquéritos. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se ao período antes da ordem do dia. -----

----- O Presidente da Assembleia recordou a falta justificada de Arminda Filipe (PS), Miguel Bilhota Xavier (PS) e Inês Lopes (PS), que pediram a sua substituição por Manuel Ferreira, António Ribeiro e Paula Costa, respetivamente. -----

----- **Ponto um: Leitura, apreciação e votação da Ata n.º 2/2022.** -----

----- O Presidente da Assembleia pediu a escusa da leitura da ata, uma vez que foi enviada atempadamente para todos os Membros, questionando se alguém se opunha. ---

----- Não havendo oposição à escusa da leitura da ata, colocou a ata a apreciação. ---

----- Nuno Fernandes (PSD) pediu a palavra e, dirigindo-se a Tiago Santos (PS), referiu que a Assembleia de Freguesia é o local onde se tratam os assuntos locais e é natural que quem gosta da sua terra o faça com emoção, sem deixar de lado a razão. ----

----- Disse que o e-mail enviado pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, relativamente aos tempos de intervenção no período antes da ordem do dia, lhe fez lembrar os tempos em que não havia liberdade de expressão, recordou que o 25 de Abril trouxe essa liberdade. Relativamente à Assembleia anterior, que apresentou como exemplo dos tempos ocorridos no período antes da ordem de trabalhos, referiu que a apresentação do orçamento participativo da Câmara Municipal de Leiria durou 18 minutos; o Presidente



da Assembleia falou durante 21 minutos, sobre o Estatuto do Direito da Oposição foram gastos 21 minutos e o próprio Nuno Fernandes apresentou uma Moção durante 15 minutos, tendo essa Moção sido discutida durante 27 minutos. Por isso, a ordem de trabalhos iniciou-se 1 hora e 52 minutos depois do início da sessão. Mais referiu que na Assembleia de 17/12/2021, antes da ordem do dia, foi apresentada uma moção sobre a vacinação de crianças que demorou 24 minutos e questionou se este é um assunto para discutido neste fórum. Estranhou que o Presidente da Assembleia na sua comunicação não tivesse mencionado o art.º 39º do Regimento sobre o uso da palavra pelos Membros da Assembleia, quando diz na alínea ii), relativamente aos pedidos de esclarecimento no decorrer da ordem de trabalhos, que cada membro da assembleia tenha em consideração, o limite de tempo de intervenção previsto e deu como exemplo se as questões sobre o orçamento e a apresentação de contas não devem ter lugar a resposta todos os esclarecimentos pedidos independente do número e do tempo necessário? -----

----- Nuno Fernandes (PSD) terminou a sua intervenção, deixando as seguintes sugestões: -----

- Que sejam marcadas mais assembleias extraordinárias (aliás foi anunciada uma da última vez e não se realizou); -----
- Que seja verificado o interesse dos assuntos a apresentar antes da ordem do dia; -----
- Que o Executivo apresente os assuntos de forma mais clara para não levantar tantas dúvidas. -----

----- O Presidente da Assembleia lamentou que a intervenção de Nuno Fernandes não tenha sido sobre o ponto um, leitura, apreciação e votação da ata e mais lamentou que Nuno Fernandes tenha personificado o *e-mail* que previamente enviou a todos os Membros, sobre a gestão do tempo de intervenção. Esclareceu que o envio do *e-mail*, nomeadamente o seu conteúdo, foi apenas para dar cumprimento ao Regimento da Assembleia sobre o período de 60 minutos (já como máximo) de intervenção antes da ordem de trabalhos não estava a ser cumprida, sendo usualmente ultrapassado, conforme foi alertado por vários elementos, de diferentes forças partidárias, representadas na Assembleia. E por isso, concordando que o Regimento não estava a ser cumprido no que concerne a este tempo, explicou que estabeleceu os tempos de intervenção de forma equitativa a todos os Partidos e seus Membros, sem colocar em causa o direito à liberdade de expressão de todos e privilegiando mesmo os elementos da assembleia dos partidos com menor representação. -----

----- O Presidente da Assembleia perguntou se havia algum pedido de alteração à Ata n.º 2/2022. -----



----- Não havendo, colocou a Ata n.º 2/2022 a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quatro abstenções, de Ana Bernardes (BE), Artur Ferreira (PS), Paula Costa (PS) e António Ribeiro (PS), por não terem estado presentes na sessão a que se refere a ata. -----

----- Tiago Santos (PS) pediu para fazer um breve comentário uma vez que o seu nome foi mencionado na intervenção de Nuno Fernandes e, dirigindo-se a Nuno Fernandes, disse que continua a achar que as decisões políticas têm de ser tomadas pela razão e não pela emoção. Sobre o facto de ter mencionado a moção que ele apresentou noutra sessão de Assembleia, é muito revelador e por isso, referiu que nada mais tinha a dizer. -----

----- **Ponto dois: Apreciação da atividade e da situação financeira da União de Freguesias, no período de 1 de março a 31 de maio de 2022.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para fazer algum esclarecimento que julgasse relevante sobre este período de gestão. -----

----- O Presidente do Executivo disse que, a pedido de alguns Membros da Assembleia, tentou simplificar os relatórios trimestrais, mas parece que foi simplificado de mais, porque os mapas (balancetes) apresentados são de difícil leitura para o leitor normal. Disponibilizou-se a responder a questões e a melhorar o método de apresentação do relatório. -----

----- Ana Bernardes (BE) achou que o relatório está de facto demasiado simplificado e sugeriu que na parte dos eventos, onde é mencionada a presença do Sr. Presidente, seja separado o que são meramente presenças em festividades ou inaugurações, e o que são reuniões de trabalho que podem porventura ser importantes e devem merecer até o conhecimento por parte da Assembleia. Sugeriu também que o balancete seja simplificado, as receitas e despesas sejam divididas por áreas, que seja feita distinção das correntes e as de capital. -----

----- João Machado (IL) recordou que na primeira sessão felicitou o Executivo pelo relatório de contas, mas que tinha muita informação desnecessária. Agora caminha-se na direção errada, porque os relatórios que têm vindo a ver apresentados são cada vez menos perceptíveis. Deixou como sugestão que na tabela de valores orçamentados seja acrescentada uma coluna com o valor gasto e o valor ainda por gastar, para terem a noção da respetiva percentagem de execução. Mais disse que se o Executivo não conseguir melhorar a apresentação do relatório de contas, então que volte ao relatório inicial, que ainda assim era o mais perceptível. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) disse que o relatório apresentado não responde às suas questões, não explica onde é gasto o dinheiro da Junta. Deu como exemplo que o



relatório refere que foram gastos em parques e jardins 41.035,15€, mas não diz onde, em que parques, se na Malaposta, se nos Capuchos, se nos Romeiros, ou se outro. Mais disse que esse tipo de informação é que é relevante para os Membros da Assembleia. -----

----- Pediu informação sobre o ponto de situação das obras em curso na União das Freguesias. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder às três últimas intervenções. -----

----- O Presidente do Executivo disponibilizou-se em melhorar o modo de apresentação do relatório trimestral. Explicou que tentou ir ao encontro das sugestões que tinham sido apresentadas e por isso enviou os balancetes que demonstram o que está a ser gasto e recebido em cada uma das rubricas. -----

----- O Presidente do Executivo informou Nuno Fernandes que algumas das obras que ele mencionou são do pacote de obras da câmara de 2019 e 2020 e estão concluídas. ----

----- Dos Contratos Interadministrativos, o Parque dos Romeiros está em fase de conclusão e as outras ainda não foram iniciadas. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) questionou ainda se o parque do GRAJ, já foi feito. ----

----- O Presidente do Executivo informou que ainda não foi feito.-----

----- Nuno Fernandes (PSD) perguntou se a requalificação da Rua da Mala Posta na Barreira, já foi feita. -----

----- O Presidente do Executivo informou que não. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) perguntou qual o ponto de situação da requalificação do Solar do Visconde na Barreira. -----

----- O Presidente do Executivo informou que é uma obra da Câmara, que tem duas Técnicas a preparar o projeto e que será brevemente apresentado numa sessão pública.--

----- Nuno Fernandes (PSD) perguntou sobre o ponto de situação da requalificação da Adega Cooperativa das Cortes. -----

----- O Presidente do Executivo informou que esta obra também é da Câmara e que se encontra em fase de aprovação dos projetos de especialidade. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) perguntou sobre o alargamento do Cemitério das Cortes. -----

----- O Presidente do Executivo informou que a Câmara já adquiriu o terreno e que a Junta reúne agora as condições para pedir o direito de superfície do terreno para o alargamento do cemitério. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) perguntou ainda para quando prevê a Câmara a execução da ciclovia da Cortes. -----



----- O Presidente do Executivo informou que está a ser feito o projeto.-----

----- Inês Moreira (PS) constatou que nos balancetes de março, abril e maio, a rubrica de apoios sociais esteve a “zero” e perguntou ao Executivo se existe alguma justificação para isso, questionando se não foram feitos pedidos por partes das Associações ou se foram se os mesmos não foram atendidos.-----

----- Filomena Batista, Secretária do Executivo, explicou que os apoios são deliberados em reunião do Executivo. Depois disso, as Associações têm de apresentar alguns documentos, nomeadamente as Atas, estatutos, declarações de não dívida e outros. Por isso, o espaço de tempo entre a data de aprovação do apoio e data de pagamento pode divergir e pode, inclusive, ser anulado o apoio por falta de apresentação da documentação.

----- Inês Moreira (PS) ainda questionou porque está a rubrica “iniciativas sociais” também a zero.-----

----- A Secretária do Executivo explicou que esta rubrica se refere a iniciativas da Junta de Freguesia, que devido à pandemia ainda não foram realizadas.-----

----- Sem mais pedidos de intervenção, passou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

----- **Ponto 3: Apreciação, discussão e votação da formalização da venda da parcela de terreno desanexada do lote 104, para anexar ao lote 20, ambos da zona desportiva dos Pousos.**-----

----- O Presidente da Assembleia informou que convidou a estar presente na Assembleia o Arquiteto António Moreira, porque acompanhou o processo do loteamento desde o início, é residente dos Pousos e o seu gabinete de arquitetura tem desenvolvido vários trabalhos na zona da Charneca dos Pousos.-----

----- Agradeceu a presença do Arquiteto António Moreira e o seu contributo para a melhor apreciação do ponto três.-----

----- O Arquiteto António Moreira, explicou que:-----

- Em 1980 havia três tipos de loteamentos, o simples que contemplava apenas habitação, o ordinário que determinava só um tipo de uso, ou só habitação, ou só indústria, ou especial como é o caso do loteamento em apreço, que foi inicialmente dividido em espaço florestal e industrial.-----

- Numa primeira fase o loteamento só contemplava o espaço industrial, que parou na estrada junto ao atual edifício da “Stara”.-----

- Numa segunda fase foi construído o espaço desportivo.-----



- O Lote 19, onde está atualmente a “Teclis”, foi vendido com uma parcela de terreno maior do que aquela que estava no projeto inicial, tendo como consequência que o lote a seguir ficou desviado do local previsto no loteamento.
- O proprietário da oficina do Lote 20, onde está a Auto Charneca, adquiriu mais tarde duas parcelas, uma ao lado, outra atrás, e se o alinhamento já vinha desviado, ainda mais desviado ficou. -----
- A Câmara Municipal, na sequência do pedido de registo do lote da Auto Charneca, ao comparar as áreas do projeto inicial, às áreas atuais, constatou que tinha sido ocupado uma **parcela com 22,56 metros quadrados do Lote 104**, onde inicialmente começava a zona desportiva e onde estava prevista a construção de uma piscina. -----
- A Câmara Municipal pediu autorização à CCDR de Coimbra para desafetar do domínio público para o domínio privado e a CCDR de Coimbra autorizou essa alteração. -----
- Essa autorização tem de ser validada pelo dono do Lote 104, que é a Junta de Freguesia. -----
- Finda a explicação do Arquiteto António Moreira, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a discussão, sugerindo, na sequência da intervenção do Arquiteto Moreira, que inicialmente sejam feitas apenas questões técnicas, aproveitando a presença do Sr. Arquiteto. -----
- Nuno Fernandes (PSD) referiu que nos documentos enviados aos Membros da Assembleia, constava um aditamento de 2021, para a desafetação de 1306 metros quadrados e depois os 20 metros mencionados no contrato. Pediu também esclarecimento sobre a parcela de terreno do lote 104, entre o Cemitério e a “Stara”, que era zona verde e tem lá implementado o barracão. -----
- O Arquiteto Moreira explicou que essa parcela não é um lote, é espaço do domínio público. -----
- O Presidente da Assembleia acrescentou que o que está em causa são os 20 metros e não os 1306 metros. -----
- Nuno Fernandes (PSD) insistiu que o que está em causa é que nesse lote, que é do domínio público, está construído um armazém. -----
- O Presidente da Assembleia clarificou que a anexação ou desanexação de parcelas para o domínio público não é da competência da Assembleia de Freguesia e não é isso que está a ser apreciado e que será votado. -----
- O Arquiteto Moreira explicou ao Sr. Nuno Fernandes que a parcela que ele referiu é da Câmara e é gerido pela Câmara. -----
- João Machado (IL), para perceber de que parcela se trata, resumiu que o primeiro lote foi vendido fora do alinhamento, o segundo lote manteve-se pelo mesmo tamanho e



agora, para legalizar esses vinte metros quadrados, a Câmara desanexou-os do domínio público para o domínio privado para poder legalizar a faixa de acesso ao barracão.-----

----- O Arquitecto Moreira referiu que o que se trata aqui é da formalização da venda desta parcela de terreno com 22,56 metros quadrados para permitir agora o alinhamento do loteamento. -----

----- Sem mais pedidos de esclarecimentos técnicos, o Presidente da Assembleia, agradeceu a presença do Arquitecto António Moreira. -----

----- O Presidente da Assembleia, questionou se existiam pedidos de esclarecimento sobre a documentação enviada para apreciação do ponto. -----

----- João Machado (IL) questionou se o que estamos a analisar é a venda desta parcela de terreno à Auto Charneca. -----

----- O Presidente da Assembleia explicou que não se trata da venda, isso já aconteceu, e foi devidamente fundamentado na documentação enviada aos Membros da Assembleia. Referiu que o que está em causa é a formalização da venda, que não foi feita na altura.--

----- O Presidente do Executivo esclareceu que o Lote 19 tem mais metros do que aqueles que lhe foram vendidos, ocupou o espaço do domínio público destinado a uma estrada junto a uma linha de água que ainda existe no local. Com isto, o Lote 20 deslocou-se para o lado e ocupou estes 22 metros, onde existe agora a churrasqueira, e onde estava previsto no loteamento original uma piscina. A Junta de freguesia, na altura, vendeu uma coisa que não devia, porque não era sua, confundiram domínio público com domínio privado. A empresa para regularizar essa irregularidade pede-nos formalização da venda desses 22 metros. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) questionou qual a área que o Executivo deliberou vender na sua reunião de 13-04-2022.-----

----- O Presidente do Executivo esclareceu que a Junta não está a vender nada, a Junta está a formalizar a venda que foi feita em 1997, de 22 metros quadrados. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia questionou se alguém se opunha à votação deste ponto em minuta, nos termos da lei e referidos na convocatória, não tendo ocorrido nenhuma oposição. Assim, colocou à **formalização da venda da parcela de terreno desanexada do lote 104, para anexar ao lote 20, ambos da zona desportiva dos Pousos**, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e com três abstenções da bancada do PSD. -----

----- **Ponto 4: Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao contrato programa celebrado com o Centro Social e Paroquial dos Pousos.** -----



----- O Presidente da Assembleia agradeceu e felicitou o grupo de trabalho, que reuniu várias vezes sobre este assunto e apresentou, de forma muito sucinta, em dois pontos o resultado destes trabalhos: -----

----- No ponto um, propõem a aceitação do pedido de revisão do contrato proposto pelo Centro Social e Paroquial dos Pousos (CSPP), em 15%, conforme está previsto no contrato programa, com efeitos a partir de janeiro deste ano de 2022. -----

----- No ponto dois, propõem que, a ser aprovado este aumento de 15%, o valor nunca poderá ultrapassar o valor do custo real por utente, apurado e indicado nos seus relatórios pelo Centro Social (CSPP). -----

----- Aurélio Silva (PSD) questionou se os 100.000,00€ que aparecem na conta corrente da Junta de Freguesia, não deviam aparecer nos documentos contabilísticos da Instituição. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que o valor não aparece nas contas da Junta, porque esse valor já foi gasto. Explicou ainda que o Centro Social enviava todos os meses para a Junta de Freguesia o relatório mensal dos Utentes abrangidos pelo contrato programa e que até 2018, tudo corria bem e conforme previsto no respetivo contrato programa. Em 2018, por iniciativa própria, o CSPP começou a enviar os relatórios com a majoração dos 15% e com efeitos retrativos. A Junta de Freguesia não concordou com a iniciativa do Centro Social, e enviou-lhe uma carta a informar que não aceitava os relatórios. -----

----- O Presidente da Assembleia clarificou que os 350.000,00€ saíram da conta corrente da então Junta de Freguesia dos Pousos, no dia em que foi passado o cheque, à data de assinatura do respetivo Contrato Programa. No entanto, o contrato prevê que o Centro Social apresente um relatório com as despesas inerentes aos Utentes aceites ao abrigo do Contrato, com os respetivos custos que vão sendo descontadas ao valor dos 350.000,00€. -----

----- João Machado (IL) questionou se vão votar com ou sem limite. -----

----- O Presidente da Assembleia clarificou que colocará a votação a proposta do grupo de trabalho, que é com limite, ou seja, que a majoração dos 15% no valor por utente não pode ser superior ao custo real/utente apurado e publicado pelo CSPP. -----

----- Ana Bernardes (BE) e Inês Moreira (PS) insurgiram-se porque o que ficou definido no grupo de trabalho, foi que seriam votadas as duas opções, com ou sem limite de valor. -----

----- Cláudia Ferreira (PS) clarificou que o segundo ponto, tem um duplo limite, e explicou: -----



----- O valor de referência da segurança social atualmente é de 1.061,00€, e todos os anos tem uma atualização, que para o ano poderá ser de 1.090,00€ e para o outro 1.100,00€. Se por um motivo extraordinário, daqui a dois anos a segurança social fixa-se a taxa de referência em 1.250,00€, então pretende-se salvaguardar que este acréscimo dos 15% nunca irá além do valor 1.356,78€, ainda que atualizado pelo valor fixado pela segurança social. -----

----- Ana Bernardes (BE) sintetizou que o grupo de trabalho definiu que devem existir duas votações, primeiro a Assembleia deve votar se aceita ou não o aumento dos 15%. Em segundo, se aceitar, se deve ou não haver um duplo limite do valor. -----

----- João Machado (IL) discordou com o que foi dito, porque o grupo de trabalho definiu que é importante fixar o limite, mas surgiu a dúvida de como é que se encontraria esse limite. Ficou decidido que se devia utilizar o limite que a própria Instituição calculou, como custo real, e indicou ao grupo de trabalho, porque essa informação é imutável. E, concordando com Ana Bernardes, que disse e muito bem, daqui a dois anos o valor pode ser diferente, então nessa altura vamos atualizar o limite, de acordo taxa de inflação e não de acordo com o valor aleatoriamente apresentado pela Instituição. -----

----- Inês Moreira (PS) discordou de João Machado, disse que o valor é atualizado pela Instituição, este ano é um, para o ano pode ser outro. -----

----- Cláudia Ferreira (PS) corrigiu Inês Moreira dizendo que este valor limite é precisamente para salvaguardar a situação da Junta de Freguesia, porque as contas são fáceis de fazer, neste momento existe um crédito de cerca de 100.000,00€, com um valor mensal de 28.000,00€ daqui a três anos não há verba, e depois deste valor se esgotar a Junta tem de continuar a manter os Utentes integrados através do protocolo. -----

----- Depois de ouvidas todas as intervenções, o Presidente da Assembleia informou que vai colocar dois pontos a votação: -----

- No primeiro ponto, se a Assembleia concorda com a revisão do protocolo e com o aumento dos 15%; -----

- No segundo ponto, que com aumento de 15%, o valor nunca poderá ultrapassar o valor apresentado pelo Centro Social, como custo real por cada utente. -----

----- O primeiro ponto foi colocado a votação, e sem qualquer objeção, foi aprovado por unanimidade. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou o segundo ponto foi a votação. -----

----- Ana Bernardes (BE) disse que não votava contra, no entanto acha desnecessário impor este limite, porque o contrato terá a duração desta legislatura, e pelo que



conhecemos da segurança social, a taxa de atualização nunca será muito elevada e ficará previsivelmente abaixo do preço de custo por utente.-----

----- Tiago Santos (PS) perguntou qual o valor cobrado à Junta de Freguesia por cada utente depois de terminado este contrato, visto que a Junta de Freguesia depois de terminar este contrato tem de continuar a suportar o custo dos Utentes integrados no âmbito do protocolo. -----

----- Cláudia Ferreira (PS) respondeu de imediato que, findo o contrato, a Junta de Freguesia tem de pagar o mesmo valor que é cobrado a um particular. -----

----- Tiago Roda (PS) compreende que existe preocupação de ambas as partes, para o Centro Social, a preocupação é de que o dinheiro não chega, para a Junta de Freguesia a preocupação é que a verba vai esgotar, e vai ter de gastar do seu orçamento uma verba mensal avultada para continuar a suportar as despesas dos Utentes. Assim, sugeriu que este é o momento ideal para que ambas as partes se juntem, que conversem e sem o prejuízo de nenhuma das partes, celebrem um novo contrato, com intuito de assegurar que depois do termino do contrato, o valor a pagar pela Junta de Freguesia não dispare para o valor de um utente particular.-----

----- Sem mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou o segundo ponto a votação, nomeadamente sobre o aumento de 15% no valor de referência estabelecido no Contrato Programa, conforme proposta do grupo de trabalho constituído para este efeito, tendo o mesmo sido aprovada por unanimidade. -----

----- De acordo com a proposta do grupo de trabalho, o Presidente da Assembleia colocou também à votação a existência de um limite no valor total a considerar no Contrato Programa, que, já considerando os 15% de aumento, não deverá exceder o valor real do custo por utente indicado pelo CSPP ao grupo de trabalho na presente data, atualizado anualmente pela taxa de inflação, conforme proposta do grupo de trabalho constituído para este efeito, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 13 votos a favor e 6 abstenções. -----

----- Inês Moreira (PS) disse que ia apresentar a sua declaração de voto e pediu para ser integrada na ata da presente sessão. -----

----- Declaração de voto de Inês Moreira - “Voto a favor deste ponto por todo o cariz social que é apresentado e tendo em conta os tempos que se avizinham de aumento de custos neste setor a revisão, quero deixar claro que a minha posição seria o acréscimo de 15% no valor de 1220,38 € por cada utente, de acordo com o protocolo de cooperação para o sector social e solidário e sempre que este for atualizado sem definição de limite associado ao custo real do utente.”-----



----- O Presidente da Assembleia voltou à questão colocada por Tiago Roda, sobre o término do contrato, e clarificou que o contrato termina quando se esgotar a verba dos 350.000,00€, mas que não fica excluída a possibilidade de haver uma nova alteração ao contrato e a celebração de um novo acordo tendo em conta a eventual existência de utentes beneficiários do contrato nessa altura. -----

----- Tiago Roda (PS) sugeriu que a proposta de renovação do contrato seja feita agora, porque depois de se esgotar a verba, o Centro Social já não tem interesse em renovar o contrato nestes termos, não lhes interessa estar a receber 1.200,00€ por utente quando pode cobrar 1.500,00€ ou mais. -----

----- Cláudia Ferreira (PS) explicou que o contrato é claro, esgotado o crédito dos 350.000,00€ o contrato termina, mas a Junta mantém a obrigatoriedade em assegurar o pagamento dos utentes integrados ao abrigo do protocolo, pelo valor cobrado na altura pela Instituição. -----

----- Filomena Batista, Secretária do Executivo, concordou com Tiago Roda e sugeriu que a Junta de Freguesia ao aceitar este acréscimo de 15%, faça uma contraproposta à Instituição, em como a Junta de Freguesia aceita o aditamento ao contrato e o acréscimo de 15%, com a condição da revisão da cláusula em que depois do término do contrato a Junta continua a suportar na íntegra a permanência dos idosos, mas no valor agora aprovado. -----

----- Carla Rente (PSD), na tentativa de clarificar a situação, declarou ter votado a favor deste ponto, assim como votaria em qualquer outra situação do âmbito social, e pediu para ler a sua declaração de voto. -----

----- Declaração de voto: “voto a favor a proposta n.º 1, mediante o compromisso de cooperação para o sector social e solidário, para o biénio 2021/2022, cláusula 12 ponto 1 e 2, e de acordo com a Portaria n.º 196 A/2015 e não tendo por base o custo real por utente apresentado pela direção”. -----

----- Em sumula Carla Rente (PSD) clarificou que não importa saber quando custa cada utente, o que foi assumido na altura da celebração do contrato foi o valor máximo pago pela segurança social, e é o que continua a importar no presente, e é o que vai importar quando terminar a verba deste contrato. O valor a pagar por cada utente, é o valor pago pela Segurança Social. -----

----- Paula Costa (PS) disse que não acha correto o Executivo estar a propor a alteração de um contrato que ainda não acabou e recordou que o que está a ser discutido é o aumento dos 15%. O grupo de trabalho analisou o assunto e apresentou para ser votado o aumento dos 15%, com ou sem limite, e é só isso que tem de ser decidido neste momento. -----



----- José Gaio (CH), que fez parte do grupo de trabalho, concordou com a decisão do grupo, mas não concorda que se faça uma chantagem junto do Centro Social, ao dizer “ou vocês concordam ou nós não pagamos”. -----

----- Jorge Moreira (PS) sugeriu que a Junta de Freguesia faça a gestão dos utentes até ao final do contrato, que mantenha os que estão atualmente e pondere a entrada de outros.

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

----- **Ponto 5: Apreciação, discussão e votação da 2.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias, no âmbito da toponímia e sinalética vertical não iluminada. --**

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para enquadrar o ponto. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que a Câmara Municipal falhou quando exigiu que as Juntas de Freguesia apresentassem prova da realização e colocação de todas as placas toponímicas. E como se não bastasse, designou o Eng. Hélder Leitão para fiscalizar todas as obras em todo o concelho, o que foi impossível de realizar. Com esta adenda, a Câmara pode, aleatoriamente, pedir justificação de alguma obra, mas deixar de ser um agente fiscalizador. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou o ponto a apreciação. -----

----- Sem pedidos de esclarecimentos, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém se opunha à votação do ponto 5 em minuta nos termos da lei. -----

----- Sem qualquer objeção, o **ponto 5** foi colocado a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com 18 votos a favor e 1 abstenção de João Machado (IL)**. -----

----- **Ponto 6: Apreciação, discussão e votação da alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias, no âmbito da candidatura aos apoios em despesas correntes e despesas de capital.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para enquadrar o ponto. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que o Executivo previu executar as Tasquinhas da Barreira, as Tasquinhas das Cortes e o Passeio de Idosos, e as Tasquinhas dos Pousos, mas como o COVID ainda causa algum constrangimento, sobretudo com a evolução que se espera nos próximos dias, decidiram não realizar estes eventos. Como este valor já estava destinado à União de Freguesias, o valor foi distribuído pelas rubricas mencionadas nos documentos.-----



----- O Presidente da Assembleia questionou se alguém queria intervir. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) pediu esclarecimentos sobre os valores que em 2022 aparecem como reforço à execução do parque de caravanas dos Pousos, um de 46.481,46€ e outro de 51.812.88€, porque, e voltando ao relatório que a Junta apresentou em 2001, a Junta pagou à Sociedade de Construções Luz & Reis, uma fatura de 99.947,40€. Terminou questionando quanto custou afinal o parque de caravanas dos Pousos. -----

----- O Presidente do Executivo, informou que o parque de caravanas custou 99.947,40€ -----

----- Nuno Fernandes (PSD) insistiu e perguntou para que servem estes valores de reforço para o parque de caravanas. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que estes valores são para garantir o funcionamento do parque a 100%, porque ainda faltam fazer as vedações e a instalação da luz, água e esgotos. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) expressou a sua indignação pelo valor já gasto no parque de caravanas, e por ainda ter de se gastar mais. -----

----- João Machado (IL) recordou que este valor é participado pela Câmara. ----

----- Nuno Fernandes (PSD) lamentou que a Câmara dê 100.000,00€ para gastar no parque de caravanas e não dê 100.000,00€ para recuperar a casa dos Escuteiros. Ainda acrescentou que a Câmara não dá o dinheiro para a recuperação da casa dos Escuteiros porque a Junta de Freguesia não propõe essa obra à Câmara. -----

----- O Presidente do Executivo informou que reuniu com os Técnicos da Câmara, que estão a estudar a viabilidade para o registo e recuperação do edifício dos Escuteiros. Informou ainda que a Câmara já apoiou os Escuteiros, mas de momento está impedida de o fazer porque a situação não está legalizada, depois disso com certeza que apoiará. ----

----- Sem pedidos de mais esclarecimentos, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém se opunha à votação do ponto 6 em minuta nos termos da lei.-----

----- Sem qualquer objeção, o **ponto 6** foi colocado a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 16 votos a favor e 3 abstenções, duas do PSD e uma da IL -----

----- **Ponto 7 – Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de Delegação de Competências, no domínio da Educação para a aquisição de equipamentos.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para enquadrar o ponto. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que a Junta já tem o protocolo para pequenas reparações no imobiliário e equipamentos das escolas, e tem-se verificado que alguns



equipamentos avariam com muita frequência. Com este protocolo, a Junta pode adquirir um equipamento novo caso o custo de reparação seja igual ou superior a 30% do valor do equipamento novo. -----

----- Explicou ainda que a aquisição de equipamento é da responsabilidade da Câmara, mas a Câmara não pode comprar um aparelho de cada vez, tem de fazer um procedimento único para todas as escolas do Concelho, o que é difícil prever quais os equipamentos que vão precisar de comprar ao longo do ano. Desta forma a Câmara atribui a verba às Juntas que mais facilmente adquirem os equipamentos á medida que se vão avariando. -----

----- Para este ano a Junta dispõem de 20.000,00€. -----

----- O Presidente da Assembleia, perguntou se alguém queria colocar alguma questão sobre este ponto. -----

----- João Machado (IL) esclareceu que se absteve nas duas últimas votações porque, na sua opinião não se trata de verdadeiras delegações de competências. Pegou no que disse o Presidente do Executivo “que com este protocolo a Junta já pode comprar equipamentos novos” e esclareceu-o que a Junta de Freguesia não pode comprar equipamentos novos, porque o protocolo na cláusula 4.ª n.º 1 alínea b), diz que a Junta de Freguesia tem de pedir o parecer da divisão de educação da Câmara Municipal antes de iniciar qualquer procedimento para aquisição de equipamentos novos. Portanto, o que a Junta de Freguesia pode fazer é uma consulta de mercado, mandar para a Câmara Municipal os orçamentos e pedir por favor à Câmara autorização para o comprar. -----

----- João Machado (IL) perguntou se a Câmara Municipal, quando aceitou a delegação de competência do governo central, também ficou com estas condições, ou seja, se a Junta quiser comprar uma fotocopiadora, manda o orçamento para a Câmara, e se a Câmara manda o orçamento para o Ministério da Educação a perguntar se pode comprar.

----- João Machado (IL) reforçou a sua posição contra estes protocolos de delegação de competências, que na verdade não são delegações de competências, que não dignificam a Junta de Freguesia e, na sua opinião, a Assembleia de Freguesia não devia aprovar estes termos, que permitem que a Câmara Municipal trate a Junta como incapaz. -----

----- João Machado (IL) justificou desta forma o seu voto contra e vai apresentar a sua declaração de voto, para que fique apensa à ata da presente sessão. -----

----- O Presidente do Executivo esclareceu que a Câmara tem o conhecimento real das necessidades das escolas, esta foi a forma encontrada para agilizar o processo de aquisição dos equipamentos. -----

----- João Machado (IL) acrescentou esta é a melhor forma de contornar a lei. -----



----- Cláudia Ferreira (PS) contou que antigamente as escolas precisavam de qualquer coisa tinham de fazer o pedido ao Ministério da Educação e demoravam meses a ficar resolvidas. Neste momento as escolas utilizam uma plataforma da Câmara onde reportam todas as anomalias, que depois de rececionadas e resolvidas a Junta de Freguesia anexa a documentação justificativa da despesa. Há uma efetiva melhoria e eficiência na resolução dos pedidos. -----

----- O Presidente do Executivo confirmou a informação prestada por Cláudia Ferreira, a plataforma (SIGA) facilita e justifica estes procedimentos. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que o procedimento de contratação pública obedece a uma tabela, até 150.000,00€ pode ser feito por convite, a partir desse valor tem de ser feito por concurso público, e se o valor ultrapassar os 600.000,00€, é um concurso público que ainda carece do aval do Tribunal de Contas. -----

----- Para explicar melhor a situação, deu como exemplo a realização das obras nas escolas do ponto seguinte. Pela estimativa do custo das obras, a Junta pode lançar os procedimentos por consulta prévia, se fosse a Câmara tinha de juntar todas as obras a realizar em todas as obras do concelho num procedimento único através de concurso público o que demoraria vários meses. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém se opunha à votação do ponto 7 em minuta, nos termos da lei. -----

----- Sem qualquer objeção, o **ponto 7** foi colocado a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com 18 votos a favor e 1 contra**, de João Machado (IL), que apresentou a sua declaração de voto e que ficará apensa a esta ata. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para explicar o **Ponto 8: Apreciação discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de leiria e a União das Freguesias, no domínio da Educação, para requalificação do JI dos Capuchos, EB1 Dr. Correia Mateus e EB1 da Cruz da Areia.** -----

----- O Presidente do Executivo explicou que estas obras de conservação são mesmo necessárias, e apontou como exemplo o Jardim de Infância dos Capuchos, que aguardam há oito anos por esta intervenção. Se não fosse através deste protocolo, se calhar a Câmara este ano ainda não as conseguia fazer pelos motivos já enumerados, e se a Assembleia aprovar a celebração deste protocolo, estas obras vão ser realizadas nos meses de julho e agosto do presente ano. -----

----- Ana Bernardes (BE) perguntou se estas obras obrigam ao recrutamento dos recursos humanos por parte da Junta de Freguesia. -----



----- O Presidente do Executivo explicou que não, os serviços da Junta vão tratar dos procedimentos administrativos, para a contratação de empresas especialistas. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) perguntou se o valor que a Câmara atribui é suficiente para pagar os serviços administrativos. -----

----- O Presidente do Executivo respondeu que sim, os serviços administrativos da Junta só têm de lançar o concurso. -----

----- Ana Bernardes (BE) perguntou se são os serviços da Junta de Freguesia que fazem o acompanhamento e fiscalização no decorrer da obra. -----

----- O Presidente do Executivo respondeu que não, que quem faz este acompanhamento são os funcionários da Câmara. -----

----- Sem mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém se opunha à votação do ponto 8 em minuta nos termos da lei. -----

----- Sem qualquer objeção, o **ponto 8** foi colocado a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com 18 votos a favor e 1 contra**, de João Machado (IL) que apresentou a sua declaração de voto e que ficará apenas a esta ata. -----

----- **Ponto 9: Apreciação, Discussão e votação da Modificação Orçamental n.º 2.**

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para explicar o motivo desta modificação orçamental. -----

----- O Presidente do Executivo justificou que esta modificação serve para introduzir receita e consequentemente a despesa da verba proveniente do protocolo de requalificação das escolas, anteriormente aprovado. Tem também o intuito de introduzir a receita das rendas que a ILUSTREPITADA, que começou a pagar do espaço “Três Marias” nas Cortes. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém se opunha à votação do ponto 9 em minuta -----

----- Sem qualquer objeção, o **ponto 9** foi colocado a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Pelas vinte e quatro horas e trinta e nove minutos, não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão. -----

----- Para constar e para os devidos efeitos vai ser lavrada a ata que depois de aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por Isabel Sousa que a redigiu nos termos do art.º 50 n.º 2 do Regimento da Assembleia da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes. -----

O Presidente da Assembleia

Nuno Martinho

Assembleia de Freguesia 2021/2025

A Redatora

Isabel Sousa

Página 20 de 20

COMPROMISSO DE HONRA

*Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente, pela minha honra,
que cumprirei com lealdade, as funções que me são confiadas.*

Pousos, 14 de junho de 2022

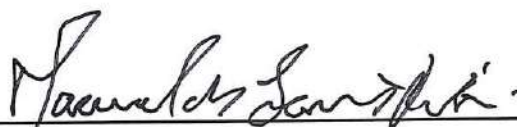


Paula Cristina Gonçalves Mendes Costa

COMPROMISSO DE HONRA

*Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente, pela minha honra,
que cumprirei com lealdade, as funções que me são confiadas.*

Pousos, 14 de junho de 2022



Manuel dos Santos Ribeiro



Leiria, 14 de junho de 2022

Na sessão ordinária de 14 de junho do corrente, da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, foram aprovados os pontos 7 e 8 referentes a dois novos contratos interadministrativos de delegação de competências entre o município de Leiria e a União de Freguesias.

Na qualidade de eleito pela Iniciativa Liberal critiquei os referidos contratos por não se tratar de verdadeira delegação de competências uma vez que o município detém todo o poder de decisão sendo a Junta de Freguesia um mero executante daquilo que vier a ser decidido pela Câmara Municipal. Aliás, o próprio contrato o refere muito explicitamente na cláusula 4ª – Definição do objeto do contrato, mais concretamente na alínea b) do número 1 que refere, e cito, “Antes de iniciar a execução das competências, remeter ao responsável do pelouro (...) prévio pedido justificativo e orçamento para autorização da realização da despesa.”.

Acresce que na explicação dada pelo executivo a esta minha posição, e que remeto para a gravação que foi efetuada da Sessão, foi dito que se tratava de uma forma expedita de realizar as obras, uma vez que a junta de Freguesia não está sujeita às mesmas regras que a Câmara na realização deste tipo de intervenção.

Uma vez que a explicação do Executivo abre a possibilidade dos contratos agora aprovados serem uma forma de contornar regras de contratação pública da Câmara Municipal, e por esse motivo poderem vir a ser considerados inválidos, entendo ser meu dever alertar para este risco e rejeitar qualquer responsabilidade, civil ou criminal, que possa advir da entrada em vigor destes dois contratos, bem como da execução das obras neles previstas.

João Paulo Afonso Machado



Boa noite

Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. membros da mesa, Sr. Presidente da U.F.L.P.B.C., Sras. e Srs. Membros do executivo, Sras. e Srs. membros da Assembleia, publico presente e publico que nos acompanha via streaming.

Ecopontos e o civismo

Lixo no chão não



O que são os ecopontos e para que servem, a população não deve ter o conhecimento suficiente para poder interiorizar estas definições.

O lixo indiferenciado, o cartão, o vidro, a madeira, assim como restos de obras de construção, são abandonados junto aos ecopontos e contentores, como as fotos documentam.

A total falta de civismo generalizou-se, quando se deixa vidros, cartão e outros no chão e não dentro dos ecopontos, mesmo que estes se encontrem vazios, é lamentável.

Não há respeito pelas regras de proteção do ambiente, faz-se tudo de qualquer maneira e despeja-se tudo em qualquer lugar sem se preocupar com o meio ambiente.

Se os ecopontos se encontram cheios, não há sensibilidade para se deslocar ao ecoponto mais perto, tudo se coloca no chão em redor dos ecopontos.

A patologia dos portugueses, que só fazem as coisas quando lhes dói, e se não doer deixam andar, indiferentemente de qualquer que seja a situação.

Os serviços camarários e da Valorlis tem uma quota de responsabilidade, quando lhe é perguntado:

Quando e onde se pode colocar os resíduos que não são dirigidos aos ecopontos, Argumentam para colocar junto aos ecopontos ou contentores e que numa determinada data passara um veículo de recolha.

Um depósito de resíduos que não são dirigidos aos ecopontos, é uma situação que pode demorar meses, com demonstra a fotografia da esquerda, que já tem mais de três meses.

Os funcionários da Valorlis que efetuam recolha dos resíduos dos ecopontos, foram por diversas vezes alertados da situação que se encontram os resíduos, onde responderam com arrogância, uns afirmando que não é da sua responsabilidade, outros afirmam que não tendo nada a ver com os ditos resíduos. Na foto da direita a meu pedido solicitei as senhoras da limpeza de rua, o favor de retirar os resíduos de obras de construção, que prontamente acederam.

Os flyers publicados pela União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no facebook há uns dias, não será suficiente para sensibilizar a população, terá de haver outras formas de fazer campanha pelo ambiente Reproduzo abaixo 2 flyers, que mais me sensibilizaram.



A responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria, de fazer chegar junto da população a informação sensibilizadora como utilizar os ecopontos, não se verifica.

Formalizo pedido de colocar-se em curso uma campanha de sensibilização junto da população, mas que chegue à mão de todos os utilizadores, ou outra forma mais personalizada e não na caixa do correio ou nos carros.

Continua a ser responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria, a sua fiscalização, e punição dos infratores, situação que não se vê.

Disposto do **Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza Urbana e Higiene Publica do Município de Leiria**, onde prevê:

Artigo 70º. Fiscalização

A fiscalização do cumprimento das normas do presente regulamento compete ao presidente da Câmara Municipal de Leiria

Artigo 71º. Regime sancionatório aplicável

O regime sancionatório aplicável, no âmbito do presente regulamento, é o regime previsto no Regime Geral das Contraordenações e Coimas, aprovado por diverso Decreto-Lei.

Artigo 72º. Contraordenações

As contraordenações previstas no presente artigo classifica-se em leves e graves, tendo em conta a relevância dos direitos e interesses violados.

Artigo 73º. Coimas

As contraordenações leves previstas no artigo anterior são puníveis com coima graduada.

NOTA:

Nestes artigos nunca vi qualquer aplicação com razoabilidade desde outubro de 2015, pelo que deixo a seguinte questão:

A Câmara Municipal de Leiria, não tem funcionários para proceder à aplicação destes quatro (4) artigos, ou não quer fazer aplicação dos mesmos?

Sei perfeitamente que é impossível ter um fiscal em cada esquina, mas uma autoridade competente para fiscalizar nesta área é muito importante estar no terreno, que que investiguem quem é o infrator, sem o mínimo de condescendência, aplicando os artigos do regulamento.

Espero ter sensibilizado todos os presentes e solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia e ao Sr. Presidente da U.F.L.P.B.C., o favor de fazer chegar esta mensagem ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Leiria e Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

Solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia, que este documento faça parte integrante da ata.

Pousos, 14 de junho de 2022

Vítor J. P. Tojeira

